



[Gal/Cast] Povo trabalhador galego é afetado gravemente polas políticas capitalistas da Espanha e UE

LH - GALIZA :: 20/05/2014

LH-Galiza entrevista a Rebeca Bravo portavoz de NOS-UP que nos habla de su decisión de pedir la abstención activa en la elecciones al parlamento europeo

Galego

Recentemente NÓS-UP, da qual é porta-voz nacional Rebeca Bravo, pediu abstenção nas eleccións para o parlamento europeo, com o argumento de que tanto a UE como o Estado español som a ruína para a Galiza

Tivemos unha pequena conversa con a Rebeca para nos explicar com mais profundeza a decisom de pedir abstenção.

LH- Rebeca, para comezar, comentaste que tanto UE como Espanha som unha ruína para a Galiza... É possível comentar dados que vos levam a esta conclusom?

R- Há unha serie de preocupaçoms que vertebram a maioria das mobilizaçoms populares galegas nos ultimos meses, para pormos alguns dos exemplos que argumentam esta afirmaçom.

A destruiçom dos nossos setores produtivos e do emprego, pois perdemos mais de 20.000 postos de trabalho no último ano; a crescente emigraçom, mais de 16.000 galegas e galegos por ano, com destaque para a populaçom juvenil, e o aumento do desemprego. Cumpre lembrarmos que 23,20% da nossa populaçom ativa carece de trabalho, principalmente a juventude, com 40,2% de desemprego.

Nom menos claro é o corte de direitos para a nossa maioria social, as mulheres, com a aplicaçom de toda unha bateria de medidas machistas e patriarcasis, de involuçom e retrocesso, com a lei do aborto como bandeira.

A desproteçom dos nossos recursos naturais, que facilita o assalto das multinacionais, a perda das garantias sociais: cortes sanitários, roubo dos aforros, perda de direito a subsídios de primeira necessidade, perda de direitos laborais,...

O incremento da repressom contra as luitas populares de esquerda e nacional, a liquidaçom dos nossos direitos lingüísticos, a elitizaçom e espanholizaçom educativas...

Estamos pendentes nestes dias do resultado do julgamento de 12 pessoas acusadas de defender a nossa língua nacional, após a provocaçom do grupo espanholista Galicia Bilingüe. Som patriotas para quem Espanha solicita 45 anos de prisom.

Em definitivo, vemo-nos gravemente afetadas polo desenvolvemento de planos e medidas configuradas, decididas e assinadas em gabinetes alheios à Galiza, sem qualquer

participação do povo trabalhador galego, gabinetes que estruturam o quadro capitalista espanhol e da União Europeia.

LH- Sistema capitalista-patriarcal é inseparável da UE e do Estado espanhol. Achades compatível o socialismo, ainda que seja um socialismo “morno”, dentro dessas estruturas?

R- Não só consideramos incompatível qualquer solução aos problemas enumerados com o atual quadro de acumulação de capital chamado União Europeia, como também a nossa dependência nacional sob o atual Estado espanhol. Achamos uma fraude qualquer tentativa de reorientar as exigências da nossa classe trabalhadora face uma reforma ou «humanização» destas estruturas, apelando ao ingénuo regresso de fases prévias, como o do chamado Estado da providência..

Entendamos que o modo de produção capitalista está esgotado e a sua classe dirigente, a burguesia através da troika, somente dará mostras de maior violência sistémica, para deixar atados e bem atados os seus privilégios.

LH- Não parece que a UE seja permissiva com a autodeterminação dos povos...

R- Estamos convencidas de que a UE não vai reconhecer o direito de autodeterminação da Galiza, não vai permitir uma pátria soberana ao serviço do nosso povo. Já na sua origem não se contou com a existência ou a participação dos povos sem Estado. Somos plenamente conscientes do papel que a aliança das oligarquias estatais que a conformam nos tem reservado. O povo trabalhador galego, para a UE, carece de status como tal, para a UE somos simplesmente força de trabalho barata, território onde inserir indústria de enclave hipercontaminante, espaço geográfico onde saquear os recursos naturais, e mercado para os seus produtos.

Tampouco esta deve ser a reivindicação da esquerda independentista, pois a solução de boa parte dos problemas da maioria social galega está intrinsecamente ligada à recuperação da nossa soberania nacional. O novo Estado de carácter socialista e feminista que temos que construir deve ser fora da UE e obviamente de Espanha. Sem ambigüidades e timoratismos, nós consideramos que temos que sair do euro, da UE e abandonar Espanha.

LH- A UE, além do mais, está por trás do ascenso ao poder do nazismo na Ucrânia... Achades a União Europeia um ente democrático? É possível reformá-la ou, ao contrário, considerade-la irreformável?

R- As decisões tomadas pela UE são unicamente benefadoras das classes dominantes que operam nos 28 estados que hoje a configuram. As leitoras e leitores de LH conhecemos perfeitamente as ansias coloniais e antissociais que motivam as oligarquias capitalistas em prol do seu enriquecimento. O vergonhoso exemplo que mencionades, de apoio incondicional a um governo ilegítimo derivado de um golpe de estado, com uma composição claramente fascista, mostra mais um exemplo do carácter antidemocrático e inútil destas instituições para a Galiza.

O povo trabalhador galego leva quase trinta anos a padecer as nefastas conseqüências da integraçom forçada da Galiza na UE. A UE só nos tem prejudicado como povo, classe, género e naçom. Nada temos que fazer com a Europa do Capital, dos Estados e do patriarcado.

LH- Assim e todo, outras opçons soberanistas galegas e de outros povos oprimidos polo Estado espanhol e a UE sim que participam destas eleiçons... Como o avaliades? Qual é o motivo de nom vos somardes a essas listas?

R- NÓS-UP quijo concorrer no próximo 25 de maio numha candidatura galega unitária, ampla e plural, soberanista, de base popular e claramente de esquerda, pola ruptura democrática com Espanha e a Union Europeia. Tal como publicamente fomos durante nove meses manifestando, estivemos negociando com o BNG essa aposta. Figemos todo o possível para atingir esse objetivo. Que a Galiza contasse com umha candidatura genuinamente galega, de esquerda e anti-imperialista.

Neste momento de risco de desapareçom real da Naçom Galega, a Galiza necessitava umha candidatura que, de parametros nacionais, reclamasse abertamente o exercício do nosso direito de autodeterminaçom para a construçom do Estado galego fora da atual UE.

Porém, lamentavelmente, nom foi possível cristalizar o desejado acordo pola rigidez da fórmula orgánica que o BNG propunha para esta candidatura, que pretendia invisibilizar a participaçom da esquerda independentista enquanto tal. Além disso, se bem parecia ser possível um acordo programático de mínimos, também é certo que as principais forças da esquerda nacionalista (BNG e Anova) fôrom incapazes de acordar umha candidatura conjunta.

Todos esses fatores levárom a que a fórmula unitária que NÓS-UP propujo nom pudesse concretizar-se. Assim sendo, NÓS-UP considera que nom existe nesta ocasiom umha proposta que responda às necessidades do momento histórico que vivemos e por isso a esquerda independentista opta por umha campanha abstencionista e de denúncia de todo o que a Union Europeia representa para o nosso povo.

Dito isto, nom devemos converter as eleiçons num fetiche. A soberania e a independência nacional imprescindível para construir umha Galiza socialista e feminista será conquistada na rua, mediante a mobilizaçom e a luita popular.

NÓS-UP vai continuar a trabalhar pola construçom de espaços amplos e plurais das forças situadas no campo da esquerda patriótica. Essa é a única possibilidade de que o povo trabalhador galego poda conformar umha poderosa aliança social e política com capacidade para derrotar Espanha e o capital na Galiza.

LH- Já para finalizar, sabemos que na Galiza existe umha intensa luita de classes. Por cima de tópicos que falam dumha Galiza conservadora, é a terceira comunidade autónoma com mais greves operárias e algumas com um alto nível de combatividade... Que achades do movimento aperário galego e qué perspeticvas tendes neste contexto?

R- Com a ocupación das ruas como principal forma de expresión da disconformidade, temos já dado os primeiros pasos para unha mudanza social. Mas isto é insuficiente, temos que traballar en fortalecer as organizacións e movementos populares procurando a súa convergencia, dotando-os de un programa estratéxico de carácter soberanista, anticapitalista e feminista, revalorizar a participación de base.

Unificar todas as luitas parciais e setoriais actuais fronte ao mesmo inimigo común, que teima en submeter a clase obreira, a nación galega e as mulleres. España e a UE son a nosa ruína e por medio da luita, como único camiño, conquistaremos unha Galiza libre de exploración.

O Programa Táctico para a Rebelión Popular (PTRP), que NÓS-UP presentou há agora un ano, procura precisamente isto: dotar ás luitas en ascenso de un GPS para avanzar na convergencia. Na nosa análise, esta só será posible mediante unha estratexia permanente e encadeada de luitas, onde a greve xeral de 48 horas é a ferramenta de masas que poderá gerar novas condicións que permitan a ruptura democrática e abrir un proceso constituinte galego.

Obviamente as capas populares, e o proletariado en particular, deben xogar un papel preponderante e de dirección política das luitas do conxunto do pobo traballador galego.

Bom, pois obrigada Rebeca por responder a estas cuestións e sorte ao pobo traballador galego na súa luita pola soberanía nacional e o socialismo.

Castellano

Recientemente NÓS-UP, de la cual es porta-voz nacional Rebeca Bravo, pidió la abstención en las elecciones para el parlamento europeo, con el argumento de que tanto UE como el Estado español son la ruina para Galiza.

Hemos tenido una pequeña conversación con Rebeca para explicarnos con más profundidad la decisión de pedir la abstención.

LH-Rebeca, para comenzar, has comentado que tanto UE como España son una ruina para Galiza...¿Es posible comentar datos que os lleven a esta conclusión?

R- Hay una serie de preocupaciones que vertebran la mayoría de las movilizaciones populares gallegas en los últimos meses, para poner algunos ejemplos que argumentan esta afirmación.

La destrucción de nuestros sectores productivos y del empleo, pues perdemos más de 20.000 puestos de trabajo en el último año; la creciente emigración, más de 16.000 gallegas y gallegos por año, destacando la población juvenil, y el aumento del desempleo. Es necesario recordar que un 23,20% de nuestra población activa carece de trabajo, principalmente la juventud, con 40,2% de desempleo.,

No menos claro es el recorte de derechos para nuestra mayoría social, las mujeres, con la

aplicación de toda una batería de medidas machistas y patriarcales, de involución y retroceso, con la ley del aborto como bandera.

La desprotección de nuestros recursos naturales, que facilita el asalto de las multinacionales, la pérdida de garantías sociales: recortes sanitarios, robo de los ahorros, pérdida de derecho a subsidios de primera necesidad, pérdida de derechos laborales...

El incremento de la represión contra las luchas populares de izquierda y nacional, la liquidación de nuestros derechos lingüísticos, la elitización y españolización educativas...

Estamos pendientes estos días del resultado del juicio de 12 personas acusadas de defender nuestra lengua nacional, después de una provocación del grupo españolista Galicia Bilingüe. Son patriotas para quien España solicita 45 años de prisión.

En definitiva, nos vemos gravemente afectadas por el desarrollo de planos y medidas configuradas, decididas y firmadas en gabinetes ajenos a Galiza, sin cualquier participación del pueblo trabajador galego, gabinetes que estructuran el cuadro capitalista y de la Unión Europea.

LH- El Sistema capitalista-patriarcal es inseparable de la UE y del Estado español. ¿Creéis compatible el socialismo, aún que sea un socialismo "suave", dentro de estas estructuras?

R- No sólo consideramos incompatible cualquier solución a los problemas enumerados con el actual cuadro de acumulación de capital llamado Unión Europea, como también a nuestra dependencia nacional bajo el actual Estado español. Creemos un fraude cualquier intento de reorientar las exigencias de nuestra clase trabajadora hacia una reforma o <> de estas estructuras, apelando al ingenuo regreso de fases previas, como el del llamado Estado de providencia.

Entendamos que el modo de producción capitalista está agotado y su clase dirigente, la burguesía, a través de la troika, solamente dará muestras de mayor violencia sistémica, para dejar atados y bien atados sus privilegios.

LH- No parece que la UE sea permisiva con la autodeterminación de los pueblos...

R- Estamos convencidas de que la UE no va a reconocer el derecho de autodeterminación de Galiza, no va a permitir una patria soberana al servicio de nuestro pueblo. Y en su origen no se contó con la existencia o participación de los pueblos sin Estado. Somos plenamente conscientes del papel que la alianza de las oligarquías estatales que la conforman nos tienen reservado. El pueblo trabajador galego, para la UE, carece de status como tal, para la UE somos simplemente fuerza de trabajo barata, territorio donde introducir industria de enclave hipercontaminante, espacio geográfico donde saquear los recursos naturales, y mercado para sus productos.

Tampoco ésta debe ser la reivindicación de la izquierda independentista, pues la solución de buena parte de los problemas de la mayoría social galega está intrínsecamente ligada a la

recuperación de nuestra soberanía nacional. El nuevo Estado de carácter socialista y feminista que tenemos que construir debe ser fuera de la UE y obviamente de España. Sin ambigüedades y timoratismos, nosotr@s consideramos que tenemos que salir del euro, de la UE y abandonar España.

LH- La UE, por otra parte, está detrás del ascenso al poder del nazismo en Ucrania...¿Pensáis que la Unión Europea es un ente democrático? ¿Es posible reformarla o, al contrario, la consideráis irreformable?

R- Las decisiones tomadas por la UE son únicamente benefactoras de las clases dominantes que operan en los 28 estados que hoy la configuran. Las lectoras y lectores de LH conocemos perfectamente las ansias coloniales y antisociales que motivan a las oligarquías capitalistas en pro de su enriquecimiento. El vergonzoso ejemplo que mencionáis, de apoyo incondicional a un gobierno ilegítimo derivado de un golpe de estado, con una composición claramente fascista, es un ejemplo más del carácter antidemocrático e inútil de estas instituciones para Galiza.

El pueblo trabajador galego lleva casi treinta años padeciendo las nefastas consecuencias de la integración forzada de Galiza en la UE. La UE sólo nos ha perjudicado como pueblo, clase, género y nación. Nada tenemos que hacer con la Europa del Capital, de los Estados y del patriarcado.

LH- Aún así, otras opciones soberanistas galegas y de otros pueblos oprimidos por el Estado español y la UE, si, participan en estas elecciones...¿De qué modo evaluáis esto? ¿Cuál es el motivo de no haberos sumado a esas listas?

R- NÓS-UP quiso concurrir el próximo 25 de mayo en una candidatura galega unitaria, amplia y plural, soberanista, de base popular y claramente de izquierda, por la ruptura democrática con España y la Unión Europea. Tal como públicamente manifestamos durante nueve meses, estuvimos negociando con el BNG esta apuesta. Hicimos todo lo posible para alcanzar ese objetivo. Que Galiza contase con una candidatura genuinamente galega, de izquierda y anti-imperialista.

En este momento de riesgo de desaparición real de la Nación Galega, Galiza necesitaba una candidatura que, desde parámetros nacionales, reclamase abiertamente el ejercicio de nuestro derecho de autodeterminación para la construcción del Estado galego fuera de la actual UE.

Sin embargo, lamentablemente, no fue posible cristalizar el deseado acuerdo por la rigidez de la fórmula orgánica que el BNG proponía para esta candidatura, que pretendía invisibilizar la participación de la izquierda independentista en cuanto tal. Además, si bien parecía posible un acuerdo programático de mínimos, también es cierto que las principales fuerzas de la izquierda nacionalista (BNG y Anova) fueron incapaces de concretar una candidatura conjunta.

Todos estos factores llevaron a que la fórmula unitaria que NÓS-UP propuso no pudiese concretarse. Siendo así, NÓS-UP considera que no existe en esta ocasión una propuesta que responda a las necesidades del momento histórico que vivimos y por eso la izquierda

independentista opta por una campaña abstencionista y de denuncia de todo lo que la Unión Europea representa para nuestro pueblo.

Dicho esto, no debemos convertir las elecciones en un fetiche. La soberanía y la independencia nacional imprescindible para construir una Galiza socialista y feminista será conquistada en la calle, mediante la movilización y la lucha popular.

NÓS-UP continuará trabajando por la construcción de espacios amplios y plurales de las fuerzas situadas en el campo de la izquierda patriótica. Esa es la única posibilidad de que el pueblo trabajador gallego pueda conformar una poderosa alianza social y política con capacidad para derrotar a España y al capital en Galiza.

LH- Ya para finalizar, sabemos que en Galiza existe una intensa lucha de clases. Fuera de tópicos que hablan de una Galiza conservadora, es la tercera comunidad autónoma con más huelgas obreras y algunas con un alto nivel de combatividad...¿Qué pensáis del movimiento obrero gallego y qué perspectivas tenéis en este contexto?

R- Con la ocupación de las calles como principal forma de expresión de la disconformidad, hemos ya dado los primeros pasos para un cambio social. Pero esto es insuficiente, tenemos que trabajar en el fortalecimiento de las organizaciones y movimientos populares procurando su convergencia, dotándolos de un programa estratégico de carácter soberanista, anticapitalista y feminista, revalorizar la participación de base.

Unificar todas las luchas parciales y sectoriales actuales frente al mismo enemigo común, que insiste en someter a la clase obrera, a la nación gallega y a las mujeres.

España y la UE son nuestra ruina y a través de la lucha, como único camino, conquistaremos una Galiza libre de explotación.

El Programa Táctico para la Rebelión Popular (PTRP), que NÓS-UP presentó hace ahora un año, busca precisamente eso: dotar a las luchas en ascenso de un GPS para avanzar en la convergencia. En nuestro análisis, ésta sólo será posible mediante una estrategia permanente y encadenada de luchas, donde la huelga general de 48 horas es la herramienta de masas que podrá generar nuevas condiciones que permitan la ruptura democrática para abrir un proceso constituyente gallego.

Obviamente las clases populares, y el proletariado en particular, deben jugar un papel preponderante y de dirección política de las luchas del conjunto del pueblo trabajador gallego.

Bueno, pues gracias Rebeca por responder a estas cuestiones y suerte al pueblo trabajador gallego en su lucha por la soberanía nacional y el socialismo.